ReGeo ISSN: 2177-3246

QUANDO A COMUNICAÇÃO FALHA, A VIOLÊNCIA SE OCULTA: A COMUNICAÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE E MINISTÉRIO DAS MULHERES NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

WHEN COMMUNICATION FAILS, VIOLENCE REMAINS HIDDEN: THE COMMUNICATION OF THE MINISTRY OF HEALTH AND THE MINISTRY OF WOMEN IN ADDRESSING PSYCHOLOGICAL VIOLENCE

CUANDO FALLA LA COMUNICACIÓN, LA VIOLENCIA PERMANECE OCULTA: LA COMUNICACIÓN DEL MINISTERIO DE SALUD Y DEL MINISTERIO DE LA MUJER PARA ABORDAR LA VIOLENCIA PSICOLÓGICA

https://doi.org/10.56238/revgeov17n10-027

Data de submissão: 08/09/2026 **Data de publicação:** 08/10/2026

Elisabete Martins
Mestra em Psicologia
Instituição: Universidade Federal de alagoas (UFAL)
E-mail: psielisabethmartins@gmail.com

Sheyla Christine Santos Fernandes
Doutora em Psicologia
Instituição: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
E-mail: sheyla.fernandes@ip.ufal.br

Alanda Ferro
Mestra em Psicologia
Instituição: Universidade Federal da Bahia (UFBA)
E-mail: alandamaria19@gmail.com

Francielly Guimarães
Mestra em Psicologia
Instituição: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
E-mail: fraanguimaraes@live.com

RESUMO
Este estudo teve como objetivo analisar as estratégias de comunicação utilizadas pelo Ministério da Saúde (MS) e pelo Ministério das Mulheres (MM) na disseminação de informações sobre violência psicológica contra as mulheres em seus portais institucionais. A pesquisa fundamenta-se no reconhecimento da violência psicológica como uma forma de violência de difícil identificação, cuja prevenção e enfrentamento demandam políticas públicas, informação qualificada e comunicação acessível. Foi realizada uma pesquisa de metodologia mista, mediante levantamento das publicações disponibilizadas nos sites do MS e do MM a partir do descritor "violência psicológica". Foram identificadas 51 publicações no Ministério da Saúde, até novembro de 2024, e 41 no Ministério das Mulheres, até dezembro de 2024. Após a análise dos conteúdos, verificou-se que apenas 11 publicações do MS e 22 do MM apresentavam relação direta com a temática. Os dados foram organizados e submetidos à análise textual por meio do software IRAMUTEQ, utilizando-se a Classificação Hierárquica Descendente e a análise de similitude. Os resultados evidenciaram diferenças no enquadramento comunicacional dos órgãos: o Ministério da Saúde apresentou maior concentração em ações e conteúdos relacionados à operacionalização das políticas de saúde, enquanto

o Ministério das Mulheres demonstrou maior ênfase em políticas públicas, campanhas e mobilizações institucionais. Apesar da existência de um arcabouço normativo e institucional voltado ao enfrentamento da violência contra as mulheres, observou-se que a violência psicológica permanece pouco explorada de maneira específica e sistematizada nos portais analisados. As publicações, em geral, inserem a violência psicológica em discussões mais amplas sobre violência contra as mulheres, sem oferecer informações suficientemente claras sobre sua definição, identificação e possibilidades de atendimento. Conclui-se que há uma lacuna entre o reconhecimento institucional da violência psicológica e sua tradução em estratégias de comunicação acessíveis, específicas e pedagógicas. O fortalecimento da comunicação institucional pode contribuir para ampliar o conhecimento das mulheres sobre seus direitos, favorecer o reconhecimento de situações de violência e fortalecer as ações de prevenção, acolhimento e enfrentamento.

Palavras-chave: Violência Psicológica. Violência Contra as Mulheres. Comunicação em Saúde. Políticas Públicas. Ministério da Saúde. Ministério das Mulheres.

ABSTRACT
This study aimed to analyze the communication strategies used by the Ministry of Health (MS) and the Ministry of Women (MM) in disseminating information about psychological violence against women on their institutional portals. The research is based on the recognition of psychological violence as a form of violence that is difficult to identify, and whose prevention and confrontation require public policies, qualified information, and accessible communication. A mixed-methods study was conducted, using a survey of publications available on the MS and MM websites based on the descriptor "psychological violence." Fifty-one publications were identified in the Ministry of Health up to November 2024, and 41 in the Ministry of Women up to December 2024. After content analysis, it was found that only 11 publications from the MS and 22 from the MM had a direct relationship with the topic. The data were organized and subjected to textual analysis using the IRAMUTEQ software, employing Descending Hierarchical Classification and similarity analysis. The results revealed differences in the communication framework of the agencies: the Ministry of Health showed a greater concentration on actions and content related to the operationalization of health policies, while the Ministry of Women demonstrated a greater emphasis on public policies, campaigns, and institutional mobilizations. Despite the existence of a normative and institutional framework aimed at combating violence against women, it was observed that psychological violence remains under-explored in a specific and systematic way in the analyzed portals. The publications, in general, insert psychological violence into broader discussions about violence against women, without offering sufficiently clear information about its definition, identification, and possibilities for assistance. It is concluded that there is a gap between the institutional recognition of psychological violence and its translation into accessible, specific, and pedagogical communication strategies. Strengthening institutional communication can contribute to expanding women's knowledge of their rights, promoting the recognition of situations of violence, and strengthening prevention, support, and intervention actions.

Keywords: Psychological Violence. Violence Against Women. Health Communication. Public Policies. Ministry of Health. Ministry of Women.

RESUMEN
Este estudio tuvo como objetivo analizar las estrategias de comunicación utilizadas por el Ministerio de Salud (MS) y el Ministerio de la Mujer (MM) para difundir información sobre violencia psicológica contra las mujeres en sus portales institucionales. La investigación se basa en el reconocimiento de la violencia psicológica como una forma de violencia difícil de identificar, cuya prevención y confrontación requieren políticas públicas, información cualificada y comunicación accesible. Se

realizó un estudio de métodos mixtos, utilizando una encuesta de publicaciones disponibles en los sitios web del MS y el MM con base en el descriptor "violencia psicológica". Se identificaron 51 publicaciones en el Ministerio de Salud hasta noviembre de 2024 y 41 en el Ministerio de la Mujer hasta diciembre de 2024. Tras el análisis de contenido, se encontró que solo 11 publicaciones del MS y 22 del MM tenían una relación directa con el tema. Los datos se organizaron y se sometieron a análisis textual utilizando el software IRAMUTEQ, empleando la Clasificación Jerárquica Descendente y el análisis de similitud. Los resultados revelaron diferencias en el marco de comunicación de las agencias: el Ministerio de Salud mostró una mayor concentración en acciones y contenidos relacionados con la operacionalización de las políticas de salud, mientras que el Ministerio de la Mujer demostró un mayor énfasis en las políticas públicas, las campañas y las movilizaciones institucionales. A pesar de la existencia de un marco normativo e institucional para combatir la violencia contra las mujeres, se observó que la violencia psicológica sigue estando poco explorada de forma específica y sistemática en los portales analizados. Las publicaciones, en general, insertan la violencia psicológica en debates más amplios sobre la violencia contra las mujeres, sin ofrecer información suficientemente clara sobre su definición, identificación y posibilidades de asistencia. Se concluye que existe una brecha entre el reconocimiento institucional de la violencia psicológica y su traducción en estrategias de comunicación accesibles, específicas y pedagógicas. Fortalecer la comunicación institucional puede contribuir a ampliar el conocimiento de las mujeres sobre sus derechos, promover el reconocimiento de las situaciones de violencia y fortalecer las acciones de prevención, apoyo e intervención.

Palabras clave: Violencia Psicológica. Violencia Contra las Mujeres. Comunicación en Salud. Políticas Públicas. Ministerio de Salud. Ministerio de la Mujer.

1 INTRODUÇÃO

> É preciso que a gente se comprometa com a vida das mulheres e entenda que violência doméstica e relação abusiva são de responsabilidade social e requerem políticas públicas que deem conta de frear essa situação. É necessário tirar a violência doméstica do espaço privado do lar e da vida afetiva de cada um e entendê-la como um problema social, produto de uma sociedade machista e misógina. É com educação, informação e política de igualdade de gênero que vamos educar crianças fora da dominação masculina e do sexismo, para que se tornem pessoas livres, respeitando as diferenças e podendo se amar sem confundir amor com violência (Xavier, 2022).

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres I e II (PNPM), a Política Nacional de Saúde Integral da Mulher (PNAISM) e a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (PNEV) são iniciativas do governo que visam promover a igualdade de gênero, garantir a saúde e os direitos das mulheres e combater a violência de gênero. Contudo, para que haja eficácia, é indispensável que as informações sobre direitos e recursos sejam acessíveis às usuárias dos serviços de saúde.

O PNPM foi publicado em 2004 com o compromisso de enfrentar as desigualdades de gênero e raça no país, sendo estruturado em quatro áreas prioritárias: a promoção da autonomia, da igualdade no mundo do trabalho e da cidadania; a implementação de uma educação inclusiva e não sexista; a garantia da saúde das mulheres, incluindo seus direitos sexuais e reprodutivos e o enfrentamento à violência contra as mulheres (Brasil, 2004). Em 2008, foi instituído o PNPM II, que tem por objetivos gerais: promover a autonomia econômica e financeira das mulheres, respeitando as dimensões étnico-raciais, geracionais, regionais e de deficiência; fomentar a igualdade de gênero, considerando uma perspectiva étnico-racial nas relações de trabalho; desenvolver, com base na Agenda Nacional, o Plano Nacional do Trabalho Decente, incorporando aspectos de gênero e apoiando a dimensão étnico-racial (Brasil, 2008).

Os objetivos da PNAISM, também de 2004, referem-se a melhorar as condições de vida e saúde das mulheres brasileiras, garantindo direitos legalmente estabelecidos e ampliando o acesso a serviços de promoção, prevenção, assistência e recuperação da saúde em todo o território nacional; reduzir a morbidade e mortalidade feminina no Brasil, com foco em causas evitáveis, em todos os ciclos de vida e diferentes grupos populacionais, promovendo a igualdade; e fortalecer, qualificar e humanizar a atenção integral à saúde da mulher dentro do SUS. Para o plano ser construído, foi essencial a inclusão da perspectiva de gênero na análise do perfil epidemiológico e no planejamento de ações em saúde, movimentos à promoção das condições de vida, igualdade e direitos de cidadania (Brasil, 2004).

Já a PNEV foi lançada em agosto de 2007, estruturando-se a partir da PNPM. Sua atuação visa estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações para a prevenção e combater a violência contra as mulheres, bem como para a assistência e garantia de direitos às vítimas. A PNEV está alinhada a normas e instrumentos internacionais de direitos humanos, além da legislação nacional, e tem como eixos estruturantes: a) prevenção, pautada em ações educativas e culturais que interfiram nos padrões sexistas; b) assistência, baseada na rede de atendimento e capacitação de agentes públicos; c) combate, diz respeito às ações punitivas e cumprimento da Lei Maria da Penha; d) garantia de direitos, a partir do cumprimento da legislação nacional/internacional e e) iniciativas para o empoderamento das mulheres (Brasil, 2007).

As quatro políticas públicas mencionadas foram instituídas há menos de 20 anos, mas já representam avanços na perspectiva de gênero e nos cuidados direcionados às mulheres. Para viabilizar sua implementação, ministérios específicos assessoram a Presidência da República no planejamento e na execução de medidas. Entre eles, destacam-se o Ministério das Mulheres (MM) e o Ministério da Saúde (MS), selecionados como fontes de coleta para o presente estudo. É função do MS, criado em 1953, garantir as condições permitidas para a proteção e recuperação da saúde da população, contribuindo para a redução das enfermidades, o controle de doenças endêmicas e parasitárias, e o aprimoramento da vigilância em vigilância, promovendo a promoção da qualidade de vida dos brasileiros e brasileiras.

O MM passou por modificações até chegar na pasta que representa hoje, iniciou como a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, instância diretamente subordinada à Presidência da República, já tinha status de ministério e foi fundada em 2003, mas, ao longo dos anos, passou por modificações e fusões com outras secretarias, em 2016 foi extinto e em 2017 retornou com o nome de Ministério dos Direitos Humanos e em 2019 é modificado para Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, segundo Anna Raquel Viana (2022). Em 2023, retomou sua atuação exclusiva na formulação, implementação e execução de políticas voltadas à garantia dos direitos das mulheres, de acordo com Dayse Porto (2023). Entre suas atribuições, destaca-se a articulação intersetorial e transversal com órgãos públicos em diferentes níveis de gestão, além de parcerias com entidades privadas e organizações da sociedade civil. Também é responsabilidade do MM a elaboração e implementação de campanhas educativas e antidiscriminatórias de alcance nacional. O Ministério das Mulheres promove e executa programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, com o fito de fortalecer políticas direcionadas às mulheres (Brasil, s/d.). Por fim, acompanha o cumprimento da legislação relacionada às ações afirmativas e atua na definição de

estratégias para garantir a implementação de acordos, convenções e planos de ação voltados à igualdade de gênero e ao combate à discriminação (Brasil, s/d.).

Pensando nessas funções, esta pesquisa tem como objetivo analisar as estratégias de comunicação utilizadas nos sites do MS e do MM na disseminação de informações sobre a violência psicológica. Pois, embora ampliem o acesso e a circulação de informações, as mídias sociais também podem favorecer o surgimento de riscos à saúde e ao bem-estar, ao intensificarem situações de vulnerabilidade emocional e a propagação de informações imprecisas ou equivocadas, como trazem Brasileiro e Ana Almeida (2021). Considerando que essa forma de violência, muitas vezes, é difícil de identificar e combater, acredita-se ser essencial que os ministérios e o governo disponibilizem informações claras e seguras sobre o tema, além de orientar as mulheres e toda a sociedade sobre os recursos e serviços disponíveis em casos de violência. De acordo com Moretti, Vanessa Oliveira e Edina Silva (2012) no Brasil, estimou-se que mais de 10 milhões de pessoas consultem regularmente conteúdos relacionados à saúde na internet, desde a liberação do uso comercial da rede no país, em 1995, desde então observou-se um crescimento acelerado e contínuo do acesso e da utilização desses ambientes digitais. A pesquisa busca, assim, possibilitar discussões e recomendações para aprimorar a acessibilidade, usabilidade e eficácia da comunicação institucional pelos sites, ampliando a divulgação dos mecanismos de prevenção, acolhimento e atendimento às vítimas. Segundo Elisabeth Biruel (2008), a falta de informação de qualidade na área da saúde, esse cenário representa um risco significativo tanto para profissionais quanto para usuários em geral, uma vez que muitos desconhecem os critérios e as diretrizes necessárias para identificar padrões de qualidade e confiabilidade nas informações disponibilizadas na internet. Dessa forma, a disseminação eficiente dessas informações é importante como um dos mecanismos para garantir que as políticas públicas alcancem todas as mulheres, assegurando-lhes o acesso ao apoio e aos recursos necessários.

2 MÉTODO

A pesquisa, de metodologia mista, avalia conteúdos e informações que as usuárias podem encontrar ao pesquisar o descritor “Violência Psicológica”. Como procedimento, foi feita uma busca, a partir da barra de pesquisa do *site* do MS e do MM, utilizando o referido descritor. Todas as publicações que aparecem na aba “Notícias” foram coletadas, resultando em 51 publicações no MS até novembro de 2024 e 41 publicações no MM até dezembro de 2024. A coleta foi organizada em tabela, com os seguintes itens: título, classificação da pesquisa, finalidade, data de publicação, data de atualização, eixo, categoria, *tags*, mídia, tipo de mídia, informação adicional e *link* da publicação.

Após a coleta dos textos das publicações, relacionadas ao descritor VP, foi realizada a análise textual com o *software* IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires). O IRAMUTEQ efetua análises de palavras comuns, análise pós-fatorial e de classificação hierárquica descendente (CHD) (Camargo; Justo, 2013a, 2013b) Os resultados obtidos na análise textual permitiram a aplicação de diferentes abordagens analíticas no s*oftware,* como a análise de frequência com o Método da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), e a análise de similitude.

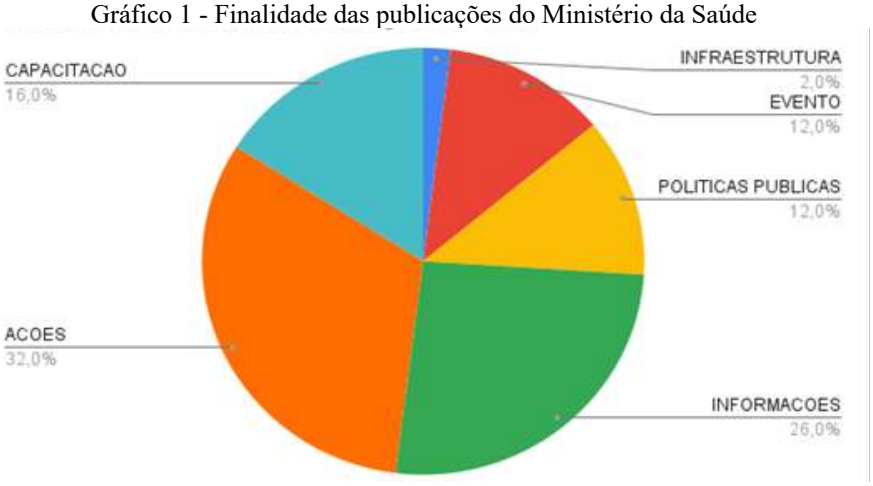
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No Ministério da Saúde foram encontradas 51 notícias, até novembro de 2024 e 41 notícias até dezembro de 2024 no Ministério das Mulheres, relacionadas ao descritor VP. De todas as publicações encontradas ao pesquisar o descritor VP no site no MS, apenas 11 eram diretamente relacionadas ao descritor. E no site do MM, apenas 22 notícias eram diretamente relacionadas a VP, não houve exclusões, pois, compreende-se a importância da análise, geral e detalhada, para que haja a análise completa do que as usuárias podem encontrar ao procurar algo sobre VP nos sites. As categorias foram nomeadas de acordo com a finalidade das notícias, após a análise de cada uma delas

3.1 ANÁLISE GRÁFICA

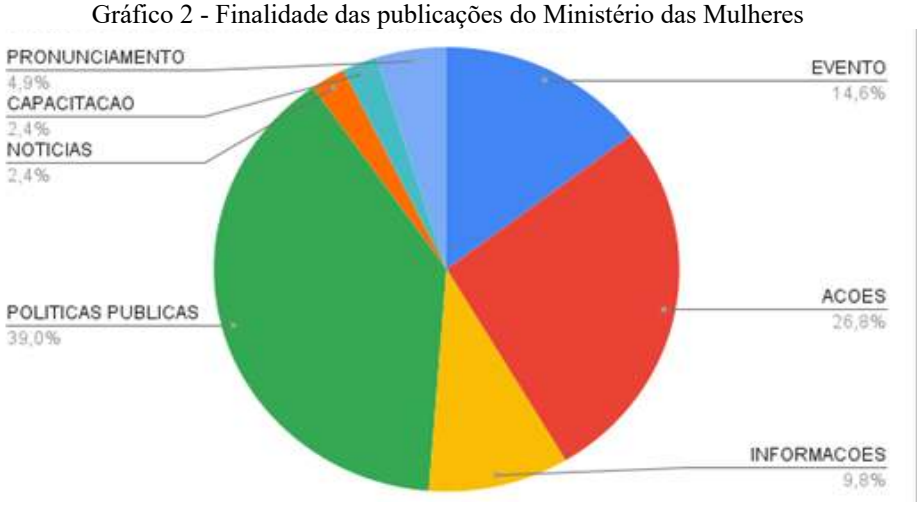
Em primeira análise, foram examinados os conteúdos de cada publicação para encontrar as finalidades das publicações, organizadas no gráfico 1 do MS e do gráfico 2 do MM:

Gráfico 1 - Finalidade das publicações do Ministério da Saúde



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Gráfico 2 - Finalidade das publicações do Ministério das Mulheres



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

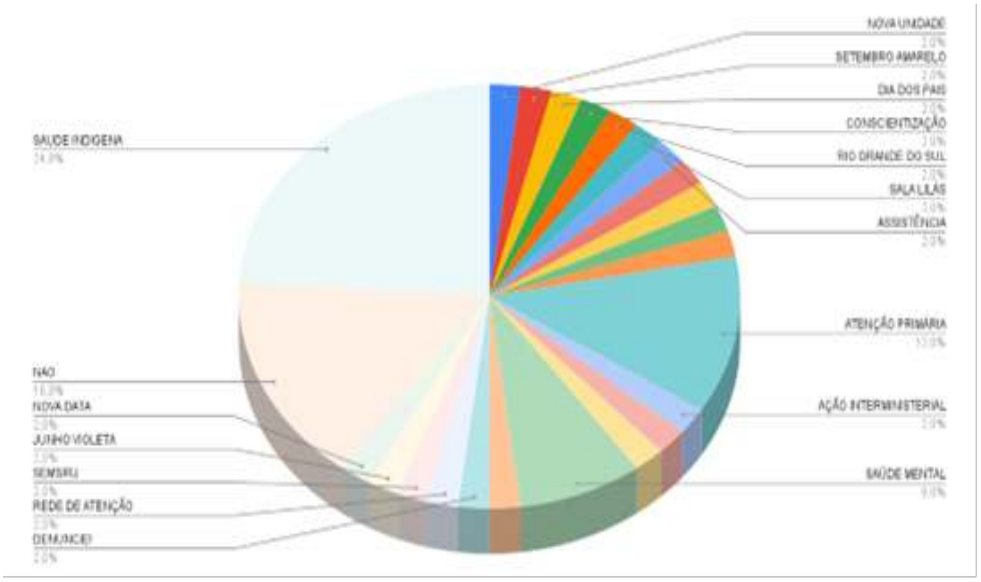
Com esses gráficos, foi possível observar que o MS, no que diz respeito ao tema violência psicológica, publica mais notícias relacionadas às ações (32%), enquanto o MM aborda mais notícias referentes às políticas públicas (39%). Comparativamente, o gráfico 1 evidencia uma abordagem predominantemente operacional e mais dispersa, voltada à execução e à divulgação de atividades, com ênfase em ações e conteúdos informativos. Já o gráfico 2 demonstra maior concentração em políticas públicas, o que revela uma comunicação mais estruturada sob o ponto de vista político-institucional e orientada pela formalização normativa das intervenções. A alteração na categoria predominante sinaliza um deslocamento discursivo que transfere o foco da dinâmica prática e cotidiana para a consolidação de diretrizes, programas e marcos regulatórios.

Desta forma, os gráficos indicam a presença de dois enquadramentos comunicacionais distintos. O primeiro (MS) privilegia uma narrativa pragmática, centrada na execução e no detalhamento de iniciativas. O segundo (MM) enfatiza a dimensão normativa e institucional, destacando a formulação e a legitimação de políticas públicas. Essa distinção sugere variações estratégicas na comunicação institucional, possivelmente relacionadas ao contexto de produção das notícias ou ao órgão responsável por sua divulgação. Assim, a ênfase narrativa não apenas organiza o conteúdo apresentado, mas também contribui para moldar a percepção sobre o nível de institucionalização e a prioridade conferida às temáticas abordadas.

Nos gráficos 3 e 4, estão os eixos das publicações, que se encontram no canto superior esquerdo da página dos Ministérios, acima do título, são o que ambos os *sites* utilizam para classificar a publicação contendo vários tipos, a depender do tema. No MS, foram encontrados 17 tipos de eixos e no MM 20 eixos diferentes. Os temas são bem diversos e, no MS, a categoria “Saúde indígena” dispara na frente com 24% e, no MM ,o componente de maior destaque é o “Agosto Lilás” com 10%. “Não”

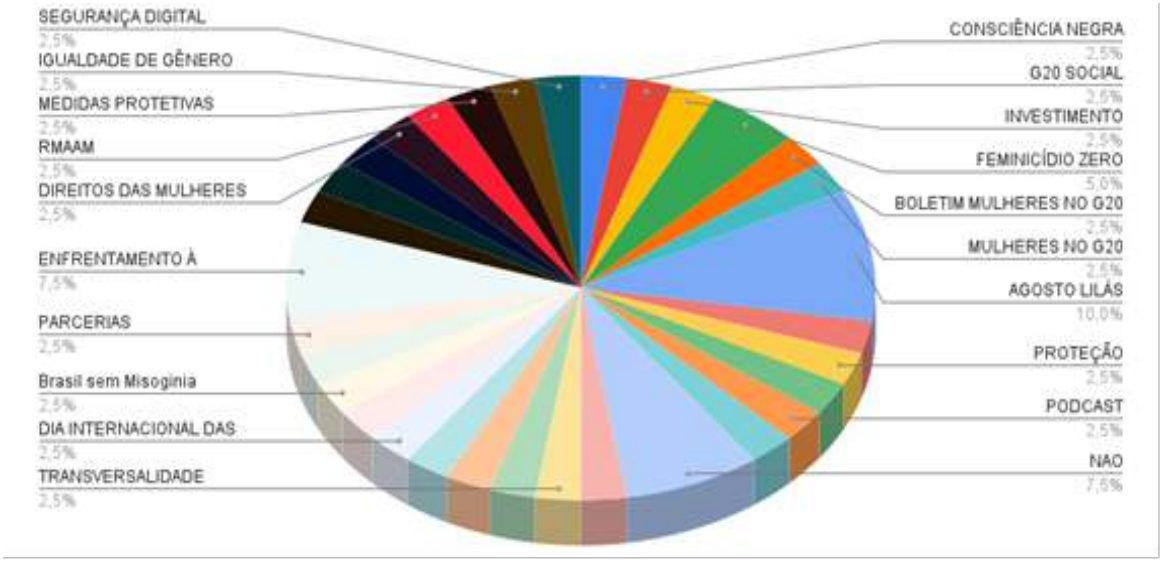
em ambos os gráficos sinalizam que a publicação não foi inserida em nenhum eixo, as publicações sem eixos no MS foram de 16%, sendo bastante significativo, pois é o segundo item com mais publicações. No Ministério das Mulheres, esse número desce para 7,5%.

Gráfico 3 - Eixos do Ministério da Saúde



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Gráfico 4 - Eixos do Ministério das Mulheres



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

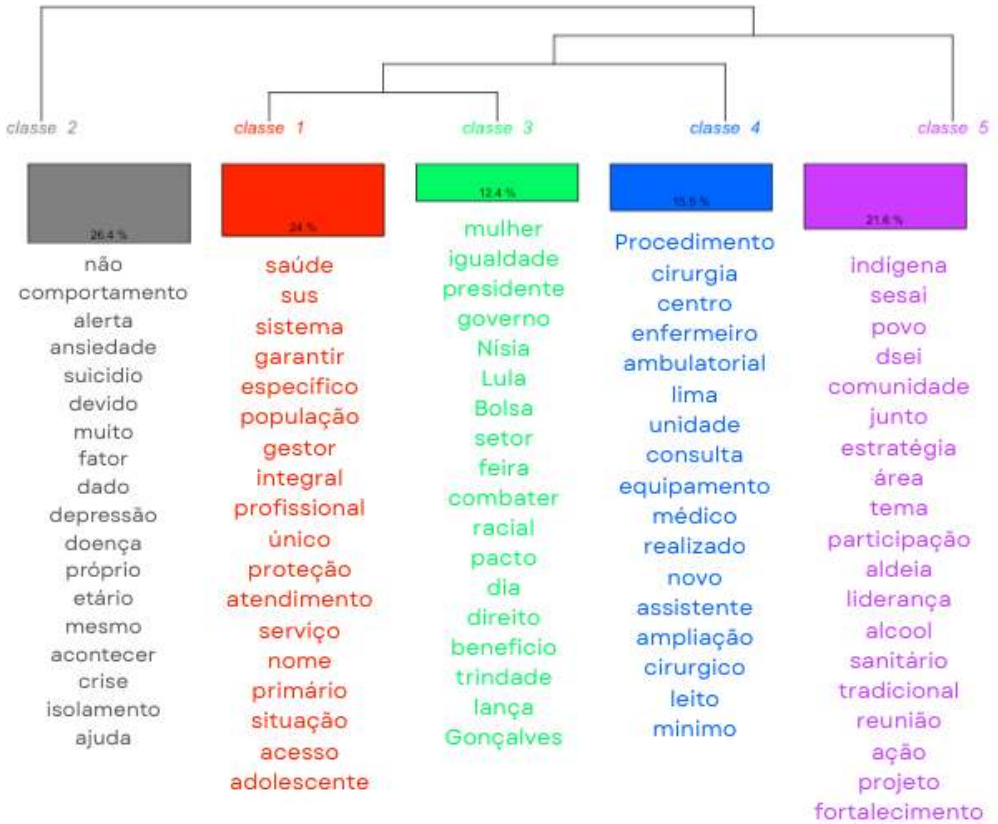
O Gráfico 3 (MS) demonstra centralidade em um eixo estruturado por políticas de saúde direcionadas a populações específicas, o Gráfico 4 (MM) revela um enquadramento temático orientado por campanhas, mobilizações e marcos. No primeiro caso, há maior densidade técnico-assistencial; no segundo, maior ênfase político-simbólica. Em termos interpretativos, os gráficos indicam dois modos

complementares de organização discursiva. Observa-se que o site MS se estrutura a partir de políticas públicas setoriais e territórios específicos, evidenciando a materialidade da ação estatal. Já o site do MM organiza-se em torno de campanhas e agendas públicas de enfrentamento, com forte dimensão mobilizadora e normativa. Essa diferença sugere que a visibilidade das temáticas depende não apenas de sua relevância social, mas também do enquadramento estratégico adotado na comunicação institucional, que pode privilegiar ora a dimensão técnico-operacional, ora a dimensão político-simbólica das ações governamentais.

3.2 ANÁLISE COM O IRAMUTEQ

A Classificação Hierárquica Descendente (CHD) é um método estatístico de análise textual baseado no algoritmo de Reinert (1987). No IRAMUTEQ, esse método segmenta um *corpus* de texto em classes de palavras, que reúnem significados semelhantes, organizados hierarquicamente. Dessa maneira, é possível identificar padrões discursivos e interpretar os sentidos subjacentes ao texto analisado. A CHD faz um subagrupamento, que produz um dendograma. Através desse subagrupamento, há a possibilidade de verificar semelhanças e diferenças das palavras, possibilitando a realização de interpretações (Camargo; Justo, 2013a).

Figura 1- Dendograma Ministério da Saúde

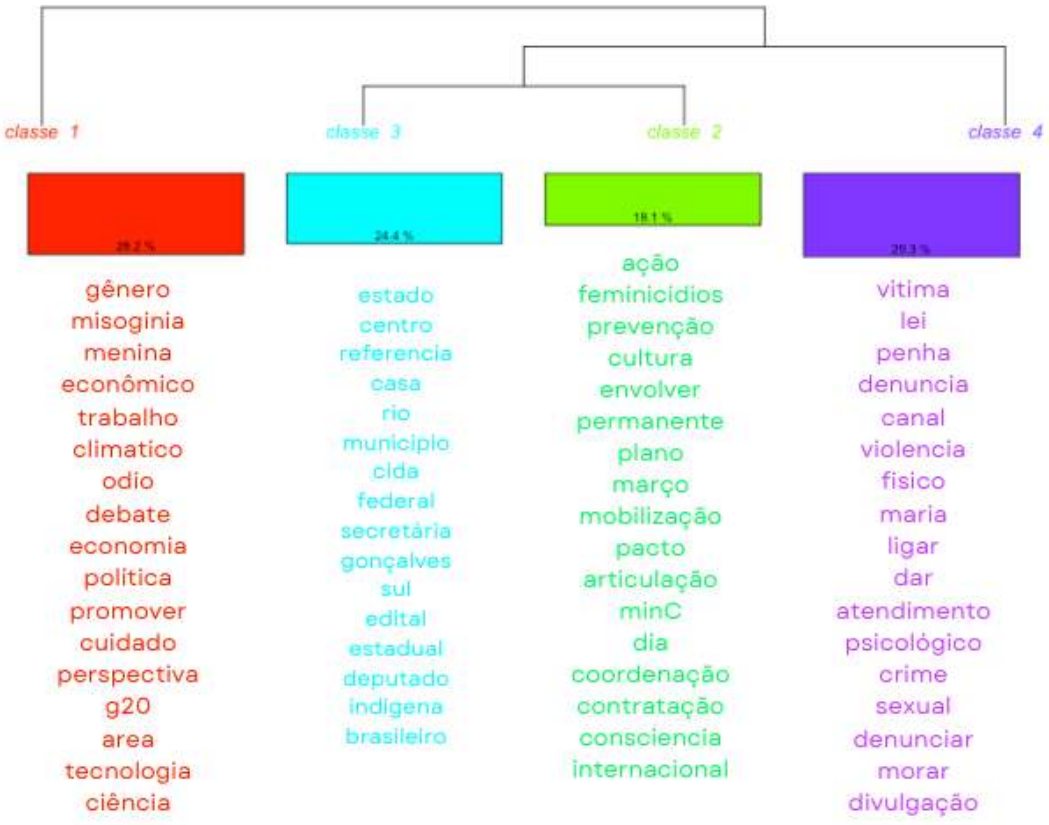


Fonte: Elaborada pela autora (2024).

A análise do *corpus t*extual do MS resultou em cinco classes, das quais a classe 2 foi a mais relevante com 26,4%, seguida da classe 1 com 24%, e da classe 5 com 21,6%, ficando a classe 4 com 15,5 e a classe 3, sendo a menos expressiva, com 12,4. Ao pensar nas classes e nas palavras mais significativas, observou-se que, na classe 1, refere-se às políticas públicas e ao sistema de saúde. Na classe 2, as palavras mais relevantes estão relacionadas às consequências da VP ou violências no geral. Na classe 3, expõe as ações do governo. Na classe 4, serviços e práticas profissionais. E, na classe 5, as violências relacionadas à população indígena.

Analisando os resultados de forma geral, vê-se as primeiras palavras de cada classe: não, saúde, mulher, procedimento, indígena. Todas elas relacionadas ao descritor VP, sendo possível observar que mesmo não especificando o gênero, a palavra mulher aparece em primeiro na classe 3.

Figura 2 - Dendograma Ministério das Mulheres



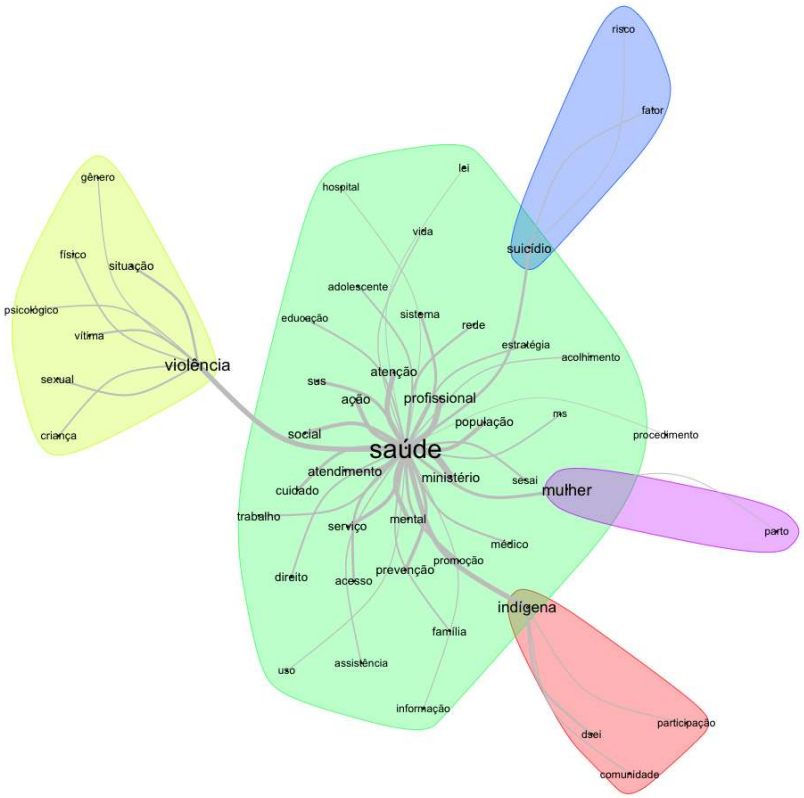
Fonte: Elaborada pela autora (2024).

A análise do *corpus* textual do MM resultou em quatro classes, sendo a classe 4 a mais expressiva com 29,3%, seguida da classe 1 com 28,2%, a classe 3 em terceiro com 24,4% e a classe 2, menos expressiva, com 18,1%. A classe 1 representa os textos relacionados aos debates voltados a gênero. A classe 2 às ações do governo. A classe 3 às informações. E a classe 4, mais expressiva, refere-

se às políticas públicas. Iniciando as classes no MM, temos as seguintes palavras: gênero, estado, ação e vítima, apontando para publicações mais centradas nas questões da presente pesquisa e, consequentemente, mais direcionadas às usuárias que possam buscar sobre violência psicológica no *site*.

No gráfico de similitude, as aproximações e distanciamentos entre as classes podem ser identificados com precisão, de acordo com a disposição nos quadrantes (Ramos; Lima; Rosa, 2018). No gráfico de similitude, estão representadas as palavras que compõem cada classe, nas figuras 3 e 4:

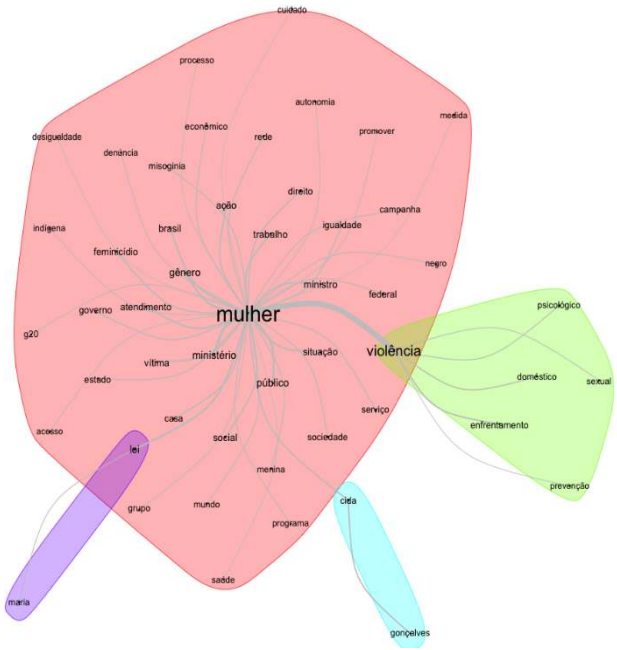
Figura 3 - Gráfico de Similitude - Ministério da Saúde



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

No gráfico de similitude do MS, foi observado que a palavra saúde possui destaque nos textos analisados, localizada no epicentro do gráfico, evidenciando o foco dos textos relacionados ao descritor VP. As demais palavras e termos surgem por meio de ramificações derivadas da palavra central, de modo que também se destaca as palavras violência, suicídio, mulher e indígena, que aparecem como ponto central para outras palavras. Essas palavras estão localizadas na ramificação de maior extensão, em que se concentram os termos mais relevantes nas publicações do MS sobre VP.

Figura 4 - Gráfico de Similitude do Ministério das Mulheres



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

De acordo com o gráfico de similitude do MM, a palavra mulher possui mais relevância nas publicações. Esse dado demonstra que, nesse órgão, ao ser pesquisada a VP, a mulher aparece atrelada como sujeito central. Ainda são destacadas as palavras violência, lei, Cida (Ministra do MM).

Ao analisar o *site* do Ministério da Saúde, identificaram-se facilidades e dificuldades na busca por publicações relacionadas à Violência Psicológica. Observou-se que a pesquisa retornava um grande número de notícias pouco relacionadas ao tema, dificultando o acesso à informação específica. Entre os resultados apresentados, apareciam matérias como:

- “Recorde de cirurgias durante Expedição amplia rede de atenção à saúde indígena.”;
- “Ministério da Saúde habilita novos serviços ambulatoriais para processo transexualizador”;
- “SESAI participa de Fórum Internacional para debater o suicídio indígena”;
- “Recife ganha primeira maternidade de alto risco com 150 leitos”.

Isso demonstra a baixa precisão da busca, tornando o acesso a informações sobre violência psicológica mais complexo. Das 51 notícias listadas, apenas 11 (aproximadamente 21,57%) tinham alguma relação com o tema. No entanto, mesmo entre essas, os conteúdos eram bastante dispersos, abordando os tópicos apresentados na tabela abaixo:

Tabela 1 - Temas e quantidade de publicações do MS

Temas	Quantidade de publicações
Sala lilás	1
Violência contra a pessoa idosa	2
Manual de orientação para profissionais no enfrentamento do tráfico de pessoas	1
Atendimento de adolescentes na Atenção Primária	1
Capacitação para enfrentamento da violência contra a pessoa idosa	2
Pesquisa do IBGE	1
Atividades psicoeducativas integrando indígenas	1
Planejamento da gravidez e humanização do parto	1
Pacto para maior proteção de crianças e adolescentes	1

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Nenhuma dessas publicações tratava diretamente da violência psicológica contra a mulher ou de gênero. Não havia conteúdos explicando o que é essa forma de violência, como reconhecê-la ou, mais crucial ainda, quais recursos o SUS disponibiliza para as vítimas. Entre os resultados que não mencionaram VP diretamente, destacou-se a notícia “79 ações federais indicam conquistas e avanços nas políticas para mulheres”, que mencionava programas, projetos e leis voltados à promoção da saúde, educação, habitação e qualificação feminina. No entanto, o conteúdo não fornecia informações detalhadas ou acessíveis para uma usuária leiga que buscasse compreender melhor a violência psicológica ou formas de assistência no SUS.

No Ministério das Mulheres, a quantidade de publicações relacionadas ao descritor diminui, apenas 41, porém, com maior número de publicações, em comparação ao MS, diretamente relacionadas à VP, sendo 22, ou seja, 53,66% do total encontrado. Na tabela, os temas são abordados de maneira específica conforme a quantidade de notícias:

Tabela 2 - Temas e quantidade de publicações do MM

Temas	Quantidade de publicações
Ações de enfrentamento à violência e discriminação contra mulheres negras	1
Trabalho de Empoderamento de Mulheres	1
Movimento Nacional pelo Feminicídio Zero	3
Projeções com mensagens de enfrentamento à violência contra mulheres	1
Acolhimento às vítimas de assédio na administração pública	1
Justiça e violência de gênero	1
Lei que garante atendimento privativo a mulheres vítimas de violência	1
Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulheres e Crianças em terra Yanomami	1
Prevenção de feminicídio	1
Casa da mulher brasileira	1
Fala da ministra sobre empoderamento e violência	2

Parceria com UFRJ para pesquisar monetização do discurso misógino nas redes sociais	1
Resultado do edital dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher	1
Registros de denúncias 180	1
Enfrentamento à misoginia	1
Operação de enfrentamento à violência contra as mulheres	1
Lei que determina proteção imediata a mulheres que denunciam violência doméstica e familiar	1
Exposição de imagens íntimas sem consentimento	1

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Apesar das publicações citarem violência psicológica em algum ponto, como no trecho abaixo:

> Os danos gerados às vítimas desses crimes são materiais e as perseguem pelo restante da vida. Mas o pior deles é o dano psicológico. Mulheres que têm imagens íntimas expostas sem consentimento sofrem desde abalo de autoestima até tentativas de atentar contra a própria vida (Brasil, 2023).

Ou ainda na notícia que traz a fala da Ministra Cida Gonçalves:

> Quando nós falamos feminicídio zero, nós estamos falando da cadeia da violência contra as mulheres, que começa lá no assédio psicológico, na violência moral, na violência psicológica, na patrimonial, até chegar no último estágio, que é o feminicídio, que é o corpo da mulher, a identidade da mulher (Brasil, 2024).

Os trechos citados abordam a violência psicológica apenas como um dano ou no contexto das diversas formas de violência contra a mulher. No entanto, não há publicações que a expliquem de forma clara, permitindo sua identificação e, consequentemente, evitando equívocos e impactos negativos para as mulheres.

4 CONCLUSÕES

O Estudo 1 teve como objetivo analisar as estratégias de comunicação adotadas pelo Ministério da Saúde e pelo Ministério das Mulheres na divulgação de informações sobre violência psicológica. A partir da busca pelo descritor "violência psicológica", verificou-se que, embora o termo esteja presente nos portais institucionais, sua abordagem não se apresenta como eixo central, sendo frequentemente incorporada a conteúdos mais amplos sobre violência contra as mulheres. Também se observou que a pesquisa retornava muitas notícias pouco relacionadas ao tema, dificultando o acesso à informação específica. Na literatura, diversas autoras tratam a violência psicológica como uma violência invisível — Tânia Cunha e Rita Sousa (2017); Leila Garcia (2016); Jesyka Pestana et al. (2021); Rosana Queiroz e Tania Cunha (2018). Contudo, mais do que invisível, essa forma de violência permanece inexplicada,

com lacunas significativas na sua compreensão. Essa ausência de inteligibilidade se reflete ainda na comunicação governamental, que carece de informações acessíveis e diretas sobre o tema.

Ao considerar o marco das políticas públicas que fundamentam a atuação desses órgãos, como o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Brasil, 2004; 2008), a Política Nacional de Saúde Integral da Mulher (Brasil, 2004) e a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (Brasil, 2007), observa-se que há um arcabouço normativo consistente voltado à promoção da igualdade de gênero, à garantia de direitos e ao enfrentamento das violências. No entanto, a análise das publicações indica que a materialização comunicacional desses princípios nem sempre se traduz em aprofundamento específico sobre a VP.

Os resultados apontam diferenças no enquadramento discursivo entre os ministérios. Foi analisado que o Ministério da Saúde evidencia uma comunicação voltada à operacionalização das políticas no campo da saúde. Já o Ministério das Mulheres apresenta maior ênfase em políticas públicas e campanhas institucionais, reforçando uma abordagem mais normativa e alinhada a agendas de mobilização social. Essa distinção reflete as atribuições institucionais de cada pasta, mas, em ambos os casos, a violência psicológica tende a aparecer diluída em categorias mais abrangentes.

A análise lexical realizada com o IRAMUTEQ confirma essa tendência, ao evidenciar maior recorrência de termos associados a políticas, programas e campanhas, em detrimento de uma exploração detalhada das dinâmicas específicas da violência psicológica. Tal cenário adquire relevância quando se considera que os portais ministeriais constituem importantes fontes de informação pública, especialmente em um contexto no qual milhões de brasileiros buscam conteúdos relacionados à saúde na internet (Moretti; Oliveira; Silva, 2012). Conforme alerta Biruel (2008), a qualidade e a clareza das informações em saúde são fundamentais para orientar usuários e profissionais, sendo a ausência de aprofundamento um possível fator de risco para interpretações imprecisas ou superficiais.

Assim, embora os ministérios apresentem alinhamento às diretrizes das políticas nacionais e cumpram papel relevante na divulgação de campanhas e ações institucionais, os achados indicam que a violência psicológica ainda carece de maior especificidade e centralidade na comunicação oficial. Considerando que a PNEV (Brasil, 2007) prevê, entre seus eixos estruturantes, ações de prevenção, assistência e garantia de direitos, a comunicação institucional assume função estratégica na ampliação do reconhecimento social dessa forma de violência.

No que diz respeito à usabilidade e às limitações das plataformas on-line dos ministérios, há aspectos que precisam ser revisados. Um dos principais desafios está no mecanismo de busca de notícias e documentos, que não reconhece termos com erros ortográficos. Por exemplo, ao pesquisar

“violensia pisicologica”, nenhum resultado foi encontrado. Já ao digitar “violensia psicologica”, os resultados foram reduzidos para 27 no *site* do MM e apenas 13 no MS. Essa limitação representa um obstáculo significativo para usuárias com baixa escolaridade. Segundo pesquisa da Confederação Nacional da Indústria (2022), apenas 15% dos brasileiros acima de 16 anos continuam estudando, e 18% das jovens abandonam os estudos devido à gravidez ou à maternidade. Isso reforça a necessidade de mecanismos mais acessíveis, que considerem variações ortográficas e ampliem o acesso à informação.

Diante dos resultados e discussões, percebe-se que as plataformas apresentam limitações no auxílio ao reconhecimento da violência psicológica. Embora existam políticas públicas e ações voltadas ao tema, as informações ainda precisam ser mais bem divulgadas e exploradas dentro desses ministérios. Não basta apenas garantir o acolhimento após a ocorrência da violência; é fundamental que as usuárias tenham acesso a conteúdos claros e acessíveis que as ajudem a identificar e nomear comportamentos abusivos. Esse conhecimento é essencial para que possam reconhecer sinais de um relacionamento potencialmente violento e abusivo e agir de maneira preventiva. Conclui-se, portanto, que há avanços no plano normativo e institucional, mas ainda existem desafios na tradução comunicacional da violência psicológica de modo claro, acessível e pedagógico, de forma a fortalecer o acesso à informação qualificada e contribuir para a efetividade das políticas públicas voltadas às mulheres.

Diante dos achados apresentados, evidencia-se uma lacuna importante entre o reconhecimento da VP e sua tradução comunicacional nos portais institucionais analisados. Embora existam políticas públicas consolidadas e marcos legais que fundamentem o enfrentamento dessa forma de violência (Brasil, 2004; 2007; 2008), a comunicação oficial ainda a apresenta de maneira pouco central e insuficientemente detalhada, o que pode limitar seu potencial educativo e preventivo. Considerando que os sites ministeriais constituem fontes relevantes de informação para usuárias do SUS e para a população em geral, permanece a questão: como essas mensagens estão sendo apropriadas pelas mulheres no cotidiano dos serviços de saúde? Em que medida a forma como a violência psicológica é comunicada influencia (ou não) o reconhecimento, a nomeação e as crenças de enfrentamento por parte das usuárias? É justamente para responder a essa lacuna que se estrutura o Estudo 2, ao deslocar o foco da análise institucional para a investigação das crenças de mulheres usuárias da Atenção Básica, buscando compreender como percebem, interpretam e significam a violência psicológica em suas próprias experiências.

REFERÊNCIAS

BIRUEL, Elisabeth Peres. *Websites para diabéticos: uso da internet como instrumento de educação em saúde*. São Paulo: UNIFESP, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2007. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/violencia/pacto-nacional/documentos/politica-nacional-enfrentamento-a-violencia-versao-final.pdf/view. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. Disponível em: https://www.geledes.org.br/ii-plano-nacional-de-politicas-para-mulheres/. Acesso em: 16 mar. 2025.

BRASIL. Ministério das Mulheres. *Acesso à Informação: Institucional*. Portal Gov.br, s.d. Disponível em: https://www.gov.br/mulheres/pt-br/acesso-a-informacao/institucional. Acesso em: 9 jan. 2026.

BRASIL. Ministério das Mulheres. *Caiu na rede é crime: exposição de imagens íntimas sem consentimento em plataformas digitais não é normal*. Portal do Ministério das Mulheres, Brasília, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2023/03/caiu-na-rede-e-crime-exposicao-de-imagens-intimas-sem-consentimento-em-plataformas-digitais-nao-e-normal. Acesso em: 05 mar. 2025.

BRASIL. Ministério das Mulheres. *Feminicídios são mortes evitáveis e o papel do Estado é trabalhar pela prevenção*, diz ministra Cida Gonçalves. Portal do Ministério das Mulheres, Brasília, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2024/marco/feminicidios-sao-mortes-evitaveis-e-o-papel-do-estado-e-trabalhar-pela-prevencao-diz-ministra-cida-goncalves. Acesso em: 05 mar. 2025.

BRASILEIRO, F. S.; ALMEIDA, A. M. P. Barreiras à informação em saúde nas mídias sociais. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 19, p. e021030, 2021.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. *IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais*. *Temas em Psicologia*, v. 21, n. 2, p. 513-518, dez. 2013a.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. *Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, p. 1-18, 2013b.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Pesquisa de opinião: educação e opinião pública*. Brasília, 2022. Disponível em: https://d3un0zjblgkxzb.cloudfront.net/drupal/public/media/documento/2023-06/Pesquisa%20completa%20SESI%20SENAI%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20-%20divulga%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 16 mar. 2025.

CUNHA, T. R. A.; SOUSA, R. C. B. *Violência psicológica contra a mulher: dor invisível*. Em: ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 2017, Salvador. Salvador: Editora Realize, 2017. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enlacando/2017/TRABALHO_EV072_MD1_SA2_ID848_19062017202106.pdf. Acesso em: 11 jan. 2025.

GARCIA, L. P. A magnitude invisível da violência contra a mulher. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 25, p. 451-454, 2016.

MORETTI, F. A.; OLIVEIRA, V. E.; SILVA, E. M. K. Acesso a informações de saúde na internet: uma questão de saúde pública? *Revista da Associação Médica Brasileira*, v. 58, n. 6, p. 650-658, 2012.

PESTANA, J. T. S. et al. *Epidemia invisível: perfil epidemiológico de mulheres vítimas de violência doméstica no Estado de Pernambuco entre 2015 e 2019*. *Brazilian Journal of Development*, v. 7, n. 6, p. 64290-64308, 2021.

PORTO, D. *Recriação do Ministério das Mulheres e 91 anos de voto feminino no Brasil*. Revista Casa Comum, 23 fev. 2023. Disponível em: https://revistacasacomum.com.br/mulheres-e-participacao-politica-recriacao-do-ministerio-das-mulheres-e-91-anos-de-voto-feminino-no-brasil/. Acesso em: 09 jan. 2026.

QUEIROZ, R. A.; CUNHA, T. A. R. *A violência psicológica sofrida pelas mulheres: invisibilidade e memória*. *Revista NUPEM*, v. 10, n. 20, p. 86-95, 2018.

RAMOS, M. G.; LIMA, V. M. R.; ROSA, M. P. A. Contribuições do software IRAMUTEQ para a Análise Textual Discursiva. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA EM EDUCAÇÃO, 2018. *Atas CIAIQ2018 – Investigação Qualitativa em Educação*, 2018. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/14665. Acesso em: 06 jan. 2025.

REINERT, M. Classification descendante hiérarchique et analyse lexicale par contexte: application au corpus des poésies d'Arthur Rimbaud. *Bulletin de méthodologie sociologique*, n. 13, 1987.

VIANA, Anna Raquel de Lemos; PRESSER, Nadi Helena; ARRUDA, Anderson Matheus Alves; LIMA, Paulo Ricardo Silva. Transparência ativa em tempos de Covid-19: a atuação do ministério da mulher, da família e dos direitos humanos no combate à violência de gênero. *Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação*, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 1-21, 2022. DOI: 10.5007/1518-2924.2022.e83200.

XAVIER, Manuela. *De olhos abertos: uma história não contada sobre relacionamento abusivo*. Rio de Janeiro: BestSeller, 2022.